Anarquia e dissonâncias abolicionistas

Salete Oliveira*

Resumo

O texto problematiza em breves notas o uso do conceito de vulnerabilidade no discurso de combate à impunidade acoplado à política de segurança atual. A pontual análise histórico-política é tecida por uma perspectiva anarco-abolicionista. Interessa-se, de forma específica, por estancar desdobramentos do regime do castigo, obstruindo práticas de punição cujo alvo emergente de prevenção geral incide nos corpos de crianças e jovens.

Abstract

The article is a brief problematization on the usage of the concept of vulnerability in the discourse of the combat against impunity – which is linked to the current security policy. This punctual historical-political analysis is made through an anarco-abolitionist perspective. The main interest of this perspective is to bring to a halt the development of the punishment regime, blocking punishment practices (related to the emergency of general prevention) that aim children's and youngster's bodies.

Ruído no falatório

Qual a saída? Pergunta reles. Chavão lugar-comum. Interrogação cômoda. Pretensão ao invulnerável, dos defensores da ordem.

Quando uma coisa acaba, o que se põe no lugar? Vala corriqueira. Recorrência crítica tediosa. A invulnerabilidade perseguida, em defesa da ordem.

Tolices diante do bruto e do raro da vida. Bruta-vida. Vida-rara. Frágil, vulnerável, fugaz. Potência selvagem. Inqualificável...

Para que servem os conceitos de qualidade de vida e vulnerabilidade social arregimentados, na atualização da prevenção geral, pelo discurso do combate à violência e à impunidade?

^{*} Doutora em Ciências Sociais. Pesquisadora no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do PEPG em Ciências Sociais da PUC/SP). Professora do Depto. de Política da PUC/SP. Co-autora de *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999. Co-organizadora com Edson Passetti de *Tolerância e o intempestivo* (2005), São Paulo: Ateliê Editorial e *Terrorismos* (2006), São Paulo: Educ.

Cenas cotidianas

Jovens viram exemplo de vulnerabilidade.

1998. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financia seu próprio grupo de pesquisadores, coordenado por Caroline Moser, com o objetivo de traçar estratégias para a redução da pobreza cuja metodologia de abordagem é pautada pela vulnerabilidade. Imediatamente, o conceito passa a ser incorporado como referência na área de estudos sobre a violência por pesquisadores da América Latina (Abramovay, 2002).

Brasil, estado de São Paulo, ano 2000. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo solicita à Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) a criação de um sistema de indicadores de responsabilidade social (IRPS) passível de parametrar o critério de seleção de demandas para a implantação de políticas públicas no Estado, tendo por objetivo mapear o nível de desenvolvimento dos 645 municípios que o compõem. Contudo, o corpo técnico diante dos limites apresentados pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IRPS), que não responde integralmente aos objetivos do mapeamento, apontando para o que foi denominado como ausência de eqüidade nos parâmetros de pobreza, justifica, assim, a criação de um novo sistema de indicadores intitulado Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). A pertinência do novo sistema de indicadores, segundo o corpo técnico de pesquisa, respalda-se na argumentação de autores como Katzman (1999), Nussbaun e Sen (1998).

Estudos recentes sobre condições de vida e pobreza têm destacado a necessidade de se levar em conta os recursos acumulados (ou sua ausência) por indivíduos, famílias e comunidades em simultâneo às oportunidades acessíveis para empregá-los. É no confronto dessas duas dimensões que podem ser identificadas as diferentes situações de vulnerabilidade social a que eles estão submetidos (Katzman, 1999). Assim, partindo da compreensão de que a vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, com causas e conseqüências distintas, obtém-se uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem os vários segmentos populacionais, bem como das possibilidades de sua superação ou minimização. Nessa perspectiva, é no confronto entre as características

individuais e familiares – ciclo de vida, tipo de arranjo familiar, escolaridade, renda corrente, formas de inserção no mercado de trabalho e condições de saúde – e suas possibilidades de desfrute dos bens e serviços ofertados pelo Estado, sociedade e mercado que se definem suas efetivas condições de vida e possibilidades de mobilidade social. Como afirmaram Nussbaun e Sen 'necessitamos saber não só do dinheiro que (as pessoas) possuem ou de que carecem, mas também se são capazes de conduzir suas vidas'. Ou seja, para se abordar o tema da qualidade de vida, fazse necessário incorporar à análise os outros elementos que permitem a um indivíduo viver com dignidade e segurança. (http://www.seade.gov.br, 11/2006).

A denominação de vulnerabilidade acompanha o conceito de qualidade de vida associado à política de segurança derivada do programa fascista de tolerância zero cujo um dos objetivos é *limpar a peste das ruas*, crianças, mendigos, putas, miseráveis, usuários de drogas, pretos e quase pretos, vagabundos, migrantes, aquilo que a ordem denomina por indigentes culturais, os incivilizados. A amplificação do discurso de combate à violência mostra-se aqui em sua tessitura mais sutil, pois é preciso ao saber conduzir a vida deparar-se com a condição de sabê-la governada.

Brasil, cidade de São Paulo, ainda ano 2000. O sistema geral de indicadores de vulnerabilidade social ganha contornos específicos, na construção de um outro instrumental, agora dirigido aos jovens. No âmbito do Projeto Fábrica de Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, foi criado o índice de vulnerabilidade juvenil (IVJ) com intuito de mapear as áreas preferenciais de intervenção, dentre os 96 distritos administrativos do município. A denominação de vulnerabilidade neste caso transcorre na mutação de nomeclaturas parametradas pelo discurso da prevenção geral a serviço do combate à violência associando cultura e educação para o futuro.

A escolha do termo 'vulnerabilidade juvenil' foi uma opção àqueles utilizados de forma mais recorrente, como 'adolescentes em situação de risco' ou 'adolescentes em situação de exclusão social', que, na ótica do projeto, poderiam distorcer o entendimento da grave e complexa problemática em que estão envolvidos os adolescentes. A discussão da associação entre adolescência e 'problemas/perigo', como decorrente tanto de fatores de natureza biológica como da autonomia relativa e ambígua que os jovens desfrutam na família e na sociedade, é uma preocupação presente nas literaturas médica e sociológica e

na mídia. Da mesma forma, há o entendimento de que este fenômeno surge em sociedades modernas, acentuando-se em processos de rápida urbanização. Em outros termos, existe um vasto consenso de que a adolescência/juventude é um período de intensa vulnerabilidade. Na verdade, o que se deseja enfatizar é que políticas eficientes para jovens seriam aquelas que, de alguma forma, contribuíssem para que este período natural de turbulência transcorra de forma a impedir ou minimizar escorregões para a transgressão. O fundamental é que a passagem pelo projeto seja sentida pelo jovem como um crescimento, uma preparação para futuro (http://www.seade.gov.br, 11/2006).

A escolha do termo vulnerabilidade aparece justificada como forma adequada à sua associação com qualidade de vida, mas não só, é entre os jovens que este discurso vem encontrar o caso do vulnerável exemplar, promovendo conexões entre diversos saberes científicos que refazem a defesa da ordem no combate à transgressão. Investe-se, assim, na formação de jovens que apreciem ver e ter suas vidas governadas. Sejam eles os covardes obedientes de antemão, sejam eles a expressão da tirania derivada da obediência com sinal trocado.

Cemitério hight-tech vira novo parâmetro para adjetivar a vida.

Brasil, Rio de Janeiro, no espaço mais recente, atualíssimo. Em meio às pedras que suam no túnel subterrâneo da estação do metrô de Copacabana, aguarda-se o próximo trem. Dos altos-falantes soam acordes de bossa-nova. A espera seria fortuita se não fosse o susto, o espanto. Do outro lado da plataforma um imenso *outdoor* estampa a imagem longelínea e ampliada de um monumental edifício espelhado de arquitetura arrojada. Demasiadas palavras se sobrepõem e ilustram a imagem da imagem, naquele preciso instrumento de *marketing*: O primeiro cemitério vertical da cidade, o único com qualidade de vida!

Briga de criança vira caso de polícia.

Brasil, estado do Rio de Janeiro, Petrópolis, 2004. Durante o recreio escolar, duas crianças, um menino e uma menina de 7 anos, brincam e correm pelo pátio. Em meio à algazarra ela cai por cima dele.

Ele se machuca e bate nela. Ela revida. Ele rebate. Duas crianças medindo força, aprendendo a se defender. A cuidar delas próprias.

Foco adulto. O combate à violência e à impunidade. O caso vai parar na delegacia de polícia, pois a mãe dá queixa, alegando que sua filha foi *vítima de monstruosa violência*.

Mudança de foco. Coisa de criança. "Ela estava correndo e caiu em cima de mim. Depois ela começou a me bater com a lancheira. Aí, eu dei uma rasteira nela e ela caiu" (*Folha de S. Paulo*, p. C4).

Foco maior. A mãe da menina deseja que o episódio se transforme em um processo judicial.

Enquanto isso, dias depois, as duas crianças se reencontravam no recreio...

Foco menor. "Nós somos amigos. Ontem ela até me deu um saco de bala" (idem).

No curso livre da vida não há moral da história. Alguém ainda vai insistir que existe natureza ontológica do crime?

Rangeres

Para que servem as prisões? Incontáveis prisões. Prisão-imagem-do-medo. Para que servem as prisões? Servidão voluntária. Uma gari sertaneja, do fundo da sala, solta um grito: "o que mata a gente é o medo!".

Medo. Prisão-obra-prima. Construção humanista. Prisão reformada humana. Prisão-destino reformado-humano. Matadouro.

Quem tem medo de matar os direitos do homem? Quem tem medo de romper o equilíbrio dos medos? Quem, que, qu, q, quê?

O programa mudou. Arruinar a linguagem do sistema penal. Arruinar as prisões. Arruinar os manicômios. Arruinar a rotina manicomial desprovida de paredes. Arruinar os tribunais. Arruinar o julgamento. Arruinar a linguagem não é; nunca foi, um artifício de lirismo, esta saída fácil, solução virtuosa.

Abolir o regime das penas em si mesmo. Não há programa. Resposta-percurso. Não há programa.

Afirmação de vida que se desdobra ao associar uma atitude abolicionista a uma anarquista. A vinculação de problema e projeção do perigo resultou, no século XIX, na construção do conceito de criminoso como variação adjetiva para qualificar a figura do monstro que assumia o equivalente a ser extirpado pela política de prevenção. O anarquista foi seu alvo exemplar, o incorrigível, o indisciplinado, o desobediente. Era preciso defender a sociedade deste monstro moral e político. A vitalidade anarquista, naquele momento, habitava em explicitar a urgência da vida livre de governo superior, ou ainda, a vida liberada de ser governada. Tal atitude foi e é uma saúde. É inegável que muitas vezes práticas anarquistas atravessadas por ideais humanistas e iluministas refizeram os itinerários da cura ao universalizar outras éticas de convívio em nome de uma moral e acabaram apanhados por aquilo mesmo que combatiam, contudo isto não dilui aquilo que continua a interessar na atualidade anarquista: a vida que não está disponível para ser governada, sequer por uma idéia.

Se o abolicionismo penal faz bem à saúde como afirma Louk Hulsman, associar a prática anarquista à abolicionista (Passetti, 2004) provoca efeitos de saúde ao próprio abolicionismo penal, levando-o a outros desdobramentos que escapam às identificações de construção de uma outra justiça, seja ela mais humana ou apropriada à defesa de direitos. Anarquizar práticas abolicionistas na atualidade é um grito de saúde. O reverso, também ocorre. É possível que aí habite uma parceria-força de novos incontíveis que enfrentam a sizudez que insiste em adjetivar a vida e eliminar aquilo que qualifica como dejetos insalubres, seja em São Paulo, Haiti, Bombaim, Botsuana, alhures. Aqui e aí. Lá e acolá. Abaixo e acima do equador. Equador? Linha do equador? É só uma linha imaginária.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam et alli (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina. Brasília: UNESCO, BID.

KATZMAN, Ruben (1999). Vulnerabilidad, activos y exclusion social en Argentina y Uruguay. Santiago de Chile: OIT-Ford.

NUSSBAUN, Martha e SEN, Amartya (1998). *La Calidad de Vida.* México: Fondo de Cultura Económica e The United Nations University.

PASSETTI, Edson (org.) (2004). *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Revan/Nu-Sol.

Fundação SEADE, http://www.seade.gov.br, (consultado em 08/11/2006).

Folha de S. Paulo (2004), "Caderno cotidiano", p.C4.